

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

Restauro *versus* conservação:  
Castelos em Portugal no Estado Novo.  
Breve nota sobre o papel da DGEMN

Luís Miguel Correia

**Luís Miguel Correia.** Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. E-mail: [lmcorreia.arq@netvisao.pt](mailto:lmcorreia.arq@netvisao.pt)

A partir do documento elaborado em 1898 pela *Comissão Geral de Viena para a Restauração de Monumentos*, posteriormente divulgado no *Congresso Internacional de Arquitectos* realizado em Madrid em 1904, foram introduzidos os conceitos de «monumentos mortos» e «monumentos vivos». Estas determinações decorrem tão-só de uma análise funcional. Enquanto «monumentos mortos» foram designadas todas as construções que com o decorrer do tempo viram perecer o uso para que foram criadas e nunca adquiriram uma reutilização. Como «monumentos vivos» eram consideradas as que, ao invés, mantinham funcionalidade, de carácter ancestral ou não. Para os «monumentos mortos» advogava-se uma política de conservação e de consolidação, enquanto para os «monumentos vivos» se prescrevia, caso o primeiro preceito não fosse bastante, o restauro.

No caso das ruínas medievais os valores de uso não se esgotaram apenas em avaliações de funcionalidade. De facto, castelos, igrejas ou paços revelam uma identidade social decorrente de uma função de cariz simbólico que se sobrepõe de algum modo à sua ocupação prática. Deste modo, tais construções foram consideradas como «monumentos vivos», acolhendo operações de restauro. Segundo as reflexões saídas do Congresso, as «restaurações» deveriam fazer-se segundo o estilo primitivo do monumento, a fim de preservar a sua unidade, embora salvaguardando que se devem admitir partes executadas em estilo que não o do conjunto, quando tal atitude tiver mérito em si mesma e não colocar em causa a harmonia e o equilíbrio estéticos do monumento em causa.

Noutra perspectiva, à valorização da ruína podem associar-se também duas concepções diferentes: a ruína como objecto arquitectónico, detentor de uma comunhão com o tempo ou com factos ousados do homem, fruto de movimentos revolucionários portadores de significados próprios, e a ruína enquanto processo de decadência. À primeira ideia associa-se também o efeito tranquilizador que se cumpre através de processos ruinosos morosos que ligam a arquitectura com a natureza, enquanto ao segundo conceito se apontam somente impressões de causas bruscas de destruição, que ele pressupõe e ambiciona apagar.

No Portugal romântico de oitocentos, ao gosto poético da ruína vai opor-se uma vontade de ressurreição, posição que se vulgarizará durante as primeiras décadas do séc. XX<sup>1</sup>. De forma objectiva, se no séc. XIX estas duas vertentes seriam defendidas, entre outros, por Almeida Garrett e Alexandre Herculano, a partir da criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em 1929, o confronto de critérios encontrará no seu ambiente interno um debate em torno das figuras de Raul Lino e de Baltazar Castro<sup>2</sup>, este último arquitecto responsável pelo serviço que tutelava as intervenções da

---

<sup>1</sup> Cf. MAIA, Maria – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*; RODRIGUES, Paulo – *Património, Identidade e História: O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais do Portugal de Oitocentos*; ROSAS, Lúcia – *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro: 1835-1928*.

<sup>2</sup> B. Castro constituiu-se como figura incontornável deste período, não só pela importância que assumiu na transição e continuidade de procedimentos da 1.ª República para o Estado Novo, o que por si só ultrapassa uma simples comunhão política com o regime, mas também por ter sido durante os anos trinta e quarenta do séc. XX o artífice das intervenções realizadas pela DGEMN, nas palavras de João Medina – *Deus, Pátria, Família: Ideologia e Mentalidade do Salazarismo*, p. 34 – «(...) um pequeno ditador do restauracionismo medievo (...)». Desempenhando funções na DGEMN até 1948, B. Castro foi durante estas duas décadas, tanto a nível teórico como técnico, um cultor da escola francesa em Portugal. É de registar a relevância de várias notícias relativas a algumas das suas viagens pela Europa, primeiro para observar a arquitectura religiosa medieval (visigótica e românica) que serviria de referência construtiva a empregar nos restauros estilísticos das igrejas portuguesas e, mais tarde, em 1938, as incursões em Espanha e França onde, a propósito das *Comemorações Centenárias*

DGEMN<sup>3</sup>. A estas duas visões iriam corresponder políticas de intervenção distintas: a simples «conservação» física e o «restauração», desde que se garantisse um adequado rigor histórico na respectiva reconstituição.

Perante tais propósitos, de um lado o confronto «monumentos mortos» *versus* «monumentos vivos» e, de outro, o elogio ou a censura face ao carácter material da ruína; a pretensão do Estado Novo ficou bem reflectida num documento orientador elaborado em 1935 pelo director-geral da DGEMN, Henrique Gomes da Silva<sup>4</sup>, onde se explanaria a doutrina ideológica do regime relativamente aos preceitos a adoptar nas intervenções: *Monumentos Nacionais - Orientação Técnica a seguir no seu Restauro*<sup>5</sup>. Este texto seria também publicado, ainda no mesmo ano, no primeiro dos *Boletins* da DGEMN, agora com uma nota introdutória, do próprio autor, intitulada *O Boletim dos Monumentos Nacionais*<sup>6</sup>.

---

de 1940, iria observar fortificações medievais, a fim de aproveitar eventuais sugestões numa altura em que se projectavam intervenções nos castelos portugueses.

Se é correcto evidenciar que a DGEMN tentou agir sempre segundo um critério de coerência generalizada, omitindo a individualidade em favor de um anonimato comum, e contornando deste modo as fracturas internas que emergiam entre alguns técnicos, também se revela incontestável que sobre a prática realizada se produziram inúmeros textos em contraposição a uma corrente seguidista, sobretudo de cariz mais teórico.

Neste quadro sobressai a personagem de R. Lino que se constituiu um crítico interno à orientação de B. Castro. Arquitecto com formação diversa da deste último, R. Lino perfilhava critérios divergentes de actuação, mais influenciados por correntes anglófonas que se opunham aos valores e efeitos decorrentes da Revolução Industrial. Este confronto ganhou alguma notoriedade quando, como chefe da Repartição de Estudos e Obras, foi chamado a emitir pareceres sobre projectos então postos em prática em várias construções classificadas, não se inibindo, no caso, em discordar publicamente dos critérios de intervenção adoptados, entrando em conflito directo com os princípios e directrizes definidos pelo director-geral e pela ampla corrente intervencionista. Os seus textos constam do seu processo individual nos arquivos da DGEMN e alguns dos mais destacados podem ser consultados em Maria Neto – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)* –, nomeadamente do «Documento 2» ao «Documento 6». Pelo interesse que revestem para este artigo, ressaltam-se os que dizem respeito manifesto aos castelos. Deste modo, no «Documento 2» encontram-se dois pareceres: «Obras no Castelo de Alvito», de 3 de Janeiro de 1939, e «Obras no Castelo de Portel», de 29 de Julho de 1939. Num âmbito mais abrangente, o «Documento 3» revela a circular datada de Julho de 1949 em que R. Lino, na qualidade de director do Serviço de Monumentos, descreve os princípios de «Conservação de Monumentos» por que se regem os serviços congéneres dos países representados no *Congresso do Instituto Internacional de Castelos* realizado em Zurique (formulados pela primeira vez por Linus Birchler na publicação *Restaurierungspraxis und Kunsterbe in der Schweiz* de 1948 – em português, *A Prática do Restauro e o Património Artístico na Suíça*). No «Documento 4», como vogal da JNE, encontramos os pareceres emitidos entre 1948 e 1949: «Acesso à Torre de Menagem dos Castelos de Melgaço, Lapela e semelhantes» e um «Parecer» que aborda, entre outros temas, o castelo de Leiria.

<sup>3</sup> Cf. BUCHO, Domingos – *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo: Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre*, NETO, Maria – *Memória, Propaganda e Poder...*; TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*.

<sup>4</sup> No contexto da DGEMN e dos monumentos nacionais a responsabilidade máxima concentrou-se no seu director-geral, H.G. Silva. Ocupou o lugar sem interrupções entre 1929 e 1960. Partilhando da mesma política ideológica do regime, este engenheiro de carreira militar confiou na missão em que se viu investido, sustentando o seu discurso «superficial» num fervor patriótico de exaltação do passado acreditando serem os monumentos nacionais a sua extrema representação.

<sup>5</sup> SILVA, Henrique G. – *Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro*.

<sup>6</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim dos Monumentos Nacionais. Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro*.

Como indica Miguel Tomé<sup>7</sup>, as intervenções da DGEMN realizadas nas décadas de trinta e quarenta em monumentos medievais têm erroneamente sido interpretadas pela historiografia especializada. Vários autores consideram-nas uma aplicação genérica e homologada de critérios de restauro orientados por motivações políticas e portadoras de mensagens extra-artísticas. Não se negando o sentido social do processo de recuperação patrimonial e a importância do factor político como impulsionador para a grande quantidade de intervenções, as obras efectuadas demonstram quão frequentemente a prática supera e contradiz o texto.

Nas palavras do mesmo autor<sup>8</sup>, deve reconhecer-se que alguns factores contribuem para uma relativa unidade metodológica, quais sejam: a) a semelhança das características arquitectónicas e das patologias construtivas dos objectos a serem intervencionados; b) a centralização das decisões e o pesado controlo institucional; c) a longevidade de funções de alguns técnicos; d) a inexistência de normas vinculativas ou de recomendações que, como se verificou em Espanha ou em França, cerceassem ou patrocinassem a revisão dos procedimentos adoptados.

À condição imposta à intervenção no monumento estava associada a necessidade de autenticação de certos factos históricos, assentes em momentos de triunfo e de glória, cuja leitura final dependia obrigatoriamente da sua (do monumento) integridade formal relativamente à realidade que o determinou e de que ele era representante físico, creditando a «época de construção» e, posteriormente, o «momento da intervenção» como dois instantes que definiam o seu carácter. Isto, ao contrário de posições assumidas por alguns críticos<sup>9</sup>, sobre a conduta do regime e da DGEMN, que defendiam leituras de pendor historicista e operações mais conservadoras que elegessem como primordial a continuidade temporal do monumento, bem como a sua capacidade de incorporar marcas da presença cultural de cada época, ou seja, a sua dupla de condição de documento e de contentor de memórias: «o tempo de vida».

No plano teórico, os restauros dos monumentos nacionais traduziam-se numa política de intervenção que se balizava entre um determinado passado, a «época de construção», e o «momento de intervenção», e que tinha por princípio devolvê-los à genuinidade do projecto original.

Se à partida a vontade de crença na universalidade dos factos e no projecto de unidade do colectivo, em torno de uma ficção histórica planeada<sup>10</sup>, poderá ser considerada o paradigma imposto para a desejada «unidade de estilo»<sup>11</sup> arquitectónica, na prática o resultado das várias intervenções evidencia, para além de uma natural diversidade, um relativo encontro de critérios e de meios adoptados em razão das circunstâncias ante-

<sup>7</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*

<sup>8</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*

<sup>9</sup> Uma vez mais deve-se destacar o papel relevante de R. Lino.

<sup>10</sup> Cf. CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*; Ó, Jorge – *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito»: Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas. 1933-1949.*

<sup>11</sup> Com esta expressão, pretende aqui filiar-se a linha de actuação da DGEMN nos princípios restauradores e reintegradores enunciados por Viollet-le-Duc (VIOLETT-LE-DUC, Eugène – *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> Siècle*), que encontram nos preceitos ideológicos do regime incentivo para se instalarem e desenvolverem.

riormente expostas, remetendo-se, em simultâneo, para o mesmo universo filosófico de reintegração, num indefinido estado original, dois termos com significados aparentemente opostos: *restaurar* e *conservar*.

O termo «restaurar» remete para os princípios de Eugène Viollet-le-Duc, já incorporados no *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle* (publicado entre 1854 e 1868), no verbete *Restauration*<sup>12</sup>, com o sentido de restabelecimento de «[...] um edifício [...] num estado completo [...]», ou seja, renovação e reintegração formal pressupondo a sua reconstituição a um estado primitivo, mas admitindo também uma reconstituição «[...] que pode nunca ter existido num dado momento»<sup>13</sup>.

Por sua vez, o termo «conservar» está associado às posições de John Ruskin, enunciadas na obra *The Seven Lamps of Architecture*, de 1849, em que, para além da crítica às intervenções de restauração, o autor defende o respeito absoluto pela autenticidade da matéria, que se caracterizava não só pela sua originalidade, mas também pelas transformações sofridas no transcorrer dos tempos. Preconiza a manutenção dos edifícios e a sua consolidação ou reparação sob a condição de se proceder de forma invisível:

Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them. A few sheets of lead put in time upon the roof, a few dead leaves and sticks swept in time out of a water-course, will save both roof and walls from ruin. Watch an old building with an anxious care; guard it as best you may, and at *any* cost, from every influence of dilapidation. Count its stones as you would jewels of a crown; set watches about it as if at the gates of a besieged city; bind it together with iron where it loosens; stay it with timber where it declines; do not care about the unsightliness of the aid: better a crutch than a lost limb; and do this tenderly, and reverently, and continually, and many a generation will still be born and pass away beneath its shadow<sup>14</sup>.

Secundada por William Morris, também Françoise Choay<sup>15</sup> cita aquele autor como defensor de uma posição contrária à definição de restauro (que constitui referência implícita à qual se prendem todas as outras) de Viollet-le-Duc: «Preservar os edifícios antigos significa conservá-los no próprio estado em que nos foram transmitidos, reconhecíveis, por um lado, enquanto relíquias históricas, e não como as suas cópias e, por outro lado, enquanto obras de arte executadas por artistas que teriam sido livres para trabalhar de outra forma se assim o tivessem desejado». Para Viollet-le-Duc, o monumento histórico era sobretudo um objecto arquitectónico que pressupunha, como ponto de partida, uma reflexão teórica sobre a arquitectura do presente, ao invés de Ruskin, que o considerava um meio de contrariar a mecanização do mundo e de recuperar a primitiva ordem das coisas, que se acredita ser natural e verdadeira.

Pese embora se deixe ao critério do restaurador a subjectividade da avaliação sobre elementos estilisticamente dissonantes do resto da construção, segundo Viollet-le-Duc o caminho para a preservação de um monumento era a sua «refuncionalização», desde que as

<sup>12</sup> VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Dictionnaire...*

<sup>13</sup> VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Restauration*, p. 29.

<sup>14</sup> RUSKIN, John – *The Seven Lamps of Architecture*, p. 196.

<sup>15</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*, p. 151-152.

novas atribuições não implicassem quaisquer alterações das características arquitectónicas da obra. Era fundamental reconstruir o que o tempo e o homem destruíram, ou concluir o que ficou incompleto, de modo a que o monumento se apresentasse como um documento histórico preservado e completo, nem que para tal fora necessário, para além da possibilidade de eliminação de alguns elementos de épocas diferentes, a utilização de materiais e processos construtivos contemporâneos, para que o futuro destes fosse mais duradouro.

A diferença está em acreditar ou não que o presente é capaz de construir o futuro, pressuposto que Ruskin e seus seguidores, como Morris, não admitiam, porque a glória do monumento está na sua idade, incluindo todas as intervenções, acidentes e mutilações sofridas que documentam o seu tempo de vida, situação que qualquer acto de restauro comprometeria.

Temos deste modo em confronto dois modos de actuação distintos, o primeiro com carácter «intervencionista» e o segundo «anti-intervencionista», ou seja, uns admitindo intervenções maximalistas conclusivas e outros prevendo operações minimalistas. Estas posições resultam de pressupostos antagónicos sobre os monumentos. Como afirma Choay<sup>16</sup>, «Viollet-le-Duc sente nostalgia pelo futuro e não pelo passado», o que de certa forma vinca a diferença entre aqueles que em nossa opinião defendem «o momento da intervenção», o valor do presente sobre o passado, dos que proclamam o valor da historicidade, «o tempo de vida».

Na realidade, se a matriz ideológica que orientou a política de significação e representação dos monumentos nacionais pode justificar a dinâmica e a escala do processo e, de algum modo, o valor da integridade arquitectónica (formal e espacial) a ele atribuída, por outro lado a metodologia e as soluções adoptadas encontrarão a sua especificidade na circunstância própria de cada caso. Nomeadamente, as características tipológicas, o estado de conservação (ocupação e eficiência), o programa pretendido e as motivações e objectivos que presidem ao momento da intervenção podem fundamentar o seu limite num sentido maximalista ou minimalista: no fundo, optar entre restaurar ou conservar.

Corroborando esta posição, constatamos no mesmo documento<sup>17</sup> o reconhecimento de monumentos religiosos e militares aos quais estão associadas circunstâncias dissemelhantes e que, por via da sua imagem e do seu estado de eficiência, estão sujeitos, ainda que imbuídos no mesmo princípio integrador, a critérios e metodologias de intervenção diferenciados.

Para Choay<sup>18</sup>, será no final do séc. XIX que sobrevém, após o trabalho fundador da primeira geração, uma reflexão crítica e complexa sobre o binómio *restaurar/conservar*. Neste cenário, surge em Itália, em finais de oitocentos, Camillo Boito que, aquando do *III Congresso dos Arquitectos e Engenheiros Civis Italianos*, realizado em Roma em 1883, contribui para os conceitos-base de uma teoria moderna de restauro – o *restauro filológico* ou *científico*. Neste ano, o tema seria retomado pelo mesmo autor e publicado sob a forma de um ensaio em diálogo com o título *Conservare o Restaurare* – texto que integra a obra *Questioni Pratiche di Belle Arti*. Neste documento, Boito<sup>19</sup> formula um conjunto de oito

---

<sup>16</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria...*, p. 132.

<sup>17</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim...*

<sup>18</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria...*

<sup>19</sup> BOITO, Camillo – *Conservare ou Restaurare: Les Dilemmes du Patrimoine*.



directivas para a conservação e restauro dos monumentos históricos, fundamentadas nas ideias de Viollet-le-Duc e Ruskin. Concede, alternadamente, a palavra a dois técnicos: um, que defende as ideias de Viollet-le-Duc e outro, o seu *alter-ego*<sup>20</sup>, que as critica apoiando-se em argumentos de Ruskin e Morris. Para Boito, o monumento é um testemunho de natureza artístico-arquitectónica e histórica, retendo, como afirma José Aguiar<sup>21</sup>, «[...] estratégias de conservação integral, opondo-se às teorias reconstitutivas». Por um lado, deve a Ruskin e Morris a face «conservacionista» da autenticidade do monumento, ou seja, a concepção de que as diversas justaposições ao estilo original que foram introduzidas ao longo dos tempos devem ser, se necessário, preservadas e reparadas de modo a garantir o seu carácter singular, não admitindo a hipótese de reconstrução das partes desaparecidas, também elas parte da história. Por outro lado, partilha, com Viollet-le-Duc, a importância da «refuncionalização» dos monumentos e, deste modo, a «[...] prioridade do presente sobre o passado e afirma a legitimidade do restauro»<sup>22</sup>. Esta tendência intervencionista de último recurso, quando todas as outras formas possíveis de conservação (manutenção, consolidação e reparações não visíveis) falharem, é condicionada pela autenticidade histórica e arquitectónica do monumento, admitindo-se que as zonas restauradas devam ser visivelmente diferenciadas dos elementos originais.

Em resumo, o seu contributo residiu na conciliação entre dois princípios opostos, o que conduziu a uma concepção complexa e contraditória, na medida em que não estabelece nenhum critério a partir do qual saibamos avaliar com justeza a oportunidade, natureza e limites da intervenção. Reconhecendo a necessidade de reutilização dos monumentos e a complexidade que se advinha da conseqüente actividade restauradora, Boito estruturou-a em três tipos de intervenção, hierarquizados consoante o estilo e idade dos objectos. Assim, para os «monumentos da antiguidade» sugere um *restauro arqueológico*, uma consolidação técnica e de acção mínima, preocupada, antes de mais, com a exactidão científica; para os «monumentos góticos», um *restauro pitoresco*, que concentre a sua preocupação ao nível estrutural e abandone à ruína os elementos decorativos; para os «monumentos clássicos e barrocos», um *restauro arquitectónico*, envolvendo todo o imóvel.

A obra de Boito e, mais em concreto, a de Alois Riegl<sup>23</sup> mostram que na fronteira entre os séculos XIX e XX a conservação dos monumentos históricos tinha atingido um estatuto disciplinar que só o questionar dos seus conceitos e procedimentos lhe podia conferir. No entanto, Choay atribui aos dois importâncias diversas:

La différence entre le relativisme tempéré de Riegl et le relativisme radical de Boito tient à ce que le premier est le résultat d'une analyse abstraite et théorique alors que le second, issu d'une autoanalyse, est le fruit d'une expérience professionnelle que Riegl ignorait: la pratique de la restauration. C'est dans la référence à cette expérience et à cette pratique «qui consomme le cerveau et ne laisse jamais l'âme en paix» que réside l'originalité du texte de Boito<sup>24</sup>.

<sup>20</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria...*

<sup>21</sup> AGUIAR, José – *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*, p. 46.

<sup>22</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria...*, p. 137.

<sup>23</sup> RIEGL, Alois – *Le Culte Moderne des Monuments: son Essence et sa Genèse*.

<sup>24</sup> CHOAY, Françoise – *Prélude*, p. 17.

Os ideais de Boito foram em grande parte incluídos na redacção da legislação italiana de protecção do património e a sua influência foi importante na *Carta de Atenas* de 1931 sobre o restauro, pela mão do seu discípulo Gustavo Giovannoni.

Em particular, pela sua importância na histórica política da nação e consequente dimensão territorial, aos castelos<sup>25</sup> foi atribuído um significado simbólico, pátrio, e à sua presença no contexto construído e paisagístico foi associado um sentido icónico. Face à ruína generalizada destas estruturas, as intervenções balizaram-se, com maior ou menor envergadura, numa vontade de integridade estrutural que se exprimia na reconstituição formal do perfil arquitectónico como testemunho e identidade da sua mensagem primitiva, ou seja, na capacidade de demonstrar a sua função militar. Se a certos casos se reservaram obras de alguma dimensão, especialmente nos castelos que sobressaíam pela sua representatividade e exposição mediática, a maior parte das intervenções pautou-se por alguma contenção, como refere Tomé<sup>26</sup>: «A vontade de ressurreição física e moral implicava tão-somente um subtil equilíbrio entre a concepção da ruína como documento a restaurar ou como antiguidade a conservar».

Tomé recorre a Riegl para enunciar esta síntese. Este distingue «monumento» de «monumento histórico». Estrutura o monumento histórico como oposição entre duas categorias de valores: uns, ditos «de rememoração» (*erinnerungswerte*), memoriais, ligados ao passado e à sua memória; outros, ditos «de contemporaneidade» (*gegenwartsuerter*), atinentes ao presente. Em relação aos primeiros sustenta, a par dos *valores históricos* (tão maiores quão menores forem as alterações sofridas pelo estado original), a importância dos da *antiguidade*, que não resultam de interpretações diversas (artísticas ou históricas), mas que foram adquiridos pela sobrevivência do objecto à passagem do tempo: a idade do monumento. Os *valores da contemporaneidade* são entendidos como *valores artísticos relativos* (referentes a uma sensibilidade contemporânea), *valores do novo* (atribuídos pela sociedade ao recém-acabado – preferência do novo sobre o velho) e *valores do uso*.

A análise de Riegl põe a descoberto exigências simultâneas e contraditórias de valores que envolvem os monumentos históricos ao longo dos tempos, como descreve Choay<sup>27</sup>, «[...] o valor da antiguidade, último a aparecer, exclui o valor de novidade e ameaça também o valor de utilização e o valor histórico. Mas, o valor de utilização contraria frequentemente o valor de arte relativo e o valor histórico», o que, desde logo, também demonstra e explica a ambiguidade em que podem cair as doutrinas e as práticas de intervenção.

Neste sentido, julgamos que a posição de Tomé<sup>28</sup>, relativamente à maioria das intervenções nos castelos, encontra eco nos compromissos relativistas de Riegl, porque este autor, além de sugerir a negociação particular, caso a caso, dos valores enunciados anteriormente, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural em que se insere, esclarece que o uso é circunstância que pode distinguir o monumento histórico da ruína, que por ausência de utilização encontra nos valores «de rememoração» a sua mais-valia,

---

<sup>25</sup> O *corpus* de análise subjacente a este artigo, nomeadamente no que respeita aos castelos, provém do trabalho: CORREIA, Luís – *Castelos em Portugal – Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*.

<sup>26</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*, p. 67.

<sup>27</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria...*, p. 140-141.

<sup>28</sup> TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*

opondo-se, desta maneira, aos «de contemporaneidade». E, contrariamente à prática generalizada de ambição da unidade de estilo, constatata-se que a intervenção nos castelos teve em consideração o peso diferente de alguns destes valores e a existência de oposição relativa entre eles, o que de alguma forma encontrou nos critérios e meios adoptados a harmonia entre a capacidade de reconhecimento da imagem arquitectónica idealizada, «o documento a restaurar», e a leitura do seu passado, «a antiguidade a conservar».

No caso particular da acção da DGEMN, durante o Estado Novo, os castelos revelam um enquadramento específico em que os critérios e metodologias de aproximação poderão ter uma interpretação diferente em relação à generalidade do discurso promovido em redor da doutrina da unidade de estilo e do retorno à «pureza da sua traça primitiva». Esta situação decorre fundamentalmente do facto de, na maior parte dos casos, os castelos se encontrarem em ruína e, assim, em nosso juízo, não demonstrarem ter sido objecto de diferentes transformações ao longo do tempo, que lhes alterassem a imagem pretendida e, desde logo, os aproximassem de um estado aparentemente primitivo, não se tendo o «momento de intervenção» radicalizado na procura da «época de construção».

Aprofundemos então sinteticamente o teor do texto de Henrique G. Silva consubstanciando a «Orientação Técnica» a seguir no restauro em Monumentos Nacionais<sup>29</sup>.

O texto, para além de «[...] submeter à apreciação do País certos factos que melhor traduzem o resultado do seu esforço [...]» e destacar que «Não se procura – deve ser supérfluo acentuá-lo – fazer uma obra de ostensão, mas somente de elucidação», ressalta a diferença entre aquilo que foi a adiantada «[...] faina demolidora [...]» dos seus antecessores e «Uma nova actividade [...]» que «[...] se desenvolveu então, à sombra do Estado, guiada pelo dever, engrandecida pelo culto da Arte e da Tradição, aquecida pela mais viva fé nacionalista»<sup>30</sup>. Enfatiza o autor mais adiante que «A obra realizada nos últimos anos [...] é das que afirmam que o País, sem deixar de acalantar os naturais anseios pelas conquistas da civilização moderna, voltou ao Passado no culto dos seus Monumentos, restaurando uns, conservando outros, dando, enfim, a todos a pureza da sua traça primitiva»<sup>31</sup>.

De facto, este documento, de considerável importância, encontra-se entre o que poderemos denominar o *antes* e o *depois*, entre *O que Eles Fizeram... O que Nós Fizemos*<sup>32</sup>, ou ainda entre o que foi a construção de uma consciência e de um desejo de protecção do património histórico e uma concertada acção intervencionista sobre este, durante algumas décadas.

Contrariamente ao clima do final do séc. XIX e do princípio do séc. XX, caracterizado por algum ecletismo<sup>33</sup>, os critérios enunciados por H.G. Silva, designadamente:

<sup>29</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim...*

<sup>30</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim...*, p. 5-7.

<sup>31</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim...*, p. 9.

<sup>32</sup> SNI – *O que Eles Fizeram... O que Nós Fizemos*.

<sup>33</sup> Tanto do ponto de vista teórico como do prático, em Portugal o clima não foi indiferente às correntes internacionais. Se no campo das obras realizadas se revelou, por parte de architectos e demais técnicos intervenientes no património arquitectónico, uma comunhão da concepção romântica de reconstituição dos monumentos a um suposto estado original (por exemplo, J. Possidónio Silva, R. Carvalheira, A. Fuschini e, de forma híbrida, A. Bermudes), no campo da discussão dos critérios a situação anterior à DGEMN demarca-se de uma certa uniformidade de discursos. Se atendermos aos textos de A. Herculano, L.M. Albuquerque, J.M. Leal, I.V. Barbosa, R. Ortigão, L. Cordeiro, G. Pereira, S. Viterbo ou Conde de Sabugosa, verificamos que o debate interno

«[...] presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores, reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismos dos homens»<sup>34</sup>, filiam-se nas concepções oitocentistas de restauro de carácter medievalista e na estrita observação dos princípios do purismo arquitectónico, segundo a teoria de Viollet-le-Duc, representando um recuo temporal em que «[...] anacronicamente, se revisitava Alexandre Herculano com a sua teoria de unidade formal de estilo, integradora da arquitectura gótica medieval, contra todos os barroquismos e excrescências modernistas de Luís XIV»<sup>35</sup>.

Tanto nacional como internacionalmente, a defesa dos monumentos não se restringiu durante oitocentos e novecentos à elaboração de legislação adequada. Também a reflexão sobre os critérios e metodologias dedicou ao projecto de intervenção nos testemunhos pré-existentes um relevante significado, não só na caracterização da imagem pontual de cada um deles, mas sobretudo na forma que o estudo deveria revestir no âmbito da (re)construção do cenário de aglomerados urbanos e rurais do território.

O confronto de ideologias de restauro e conservação, contemporâneo da intervenção em monumentos desde a sua consagração como património histórico e artístico no século XIX, apresentava-se, no entanto, como uma falsa bipolarização, uma vez que os dois conceitos raramente eram aplicados na íntegra, afirmando a prática uma constante revisão e cruzamento de teorias, que se contrariaram frequentemente. Se o mítico confronto entre as atitudes restauradoras e reintegradoras de Viollet-le-Duc e as conservadoras de Ruskin se completou na síntese de Boito, a ambiguidade e utopia que todas encerravam proporcionaram a riqueza de interpretações que as inúmeras intervenções em monumentos foram confirmando<sup>36</sup>.

Em caso extremo, *in abstracto* poderíamos dizer que se *a priori* existe uma doutrina ou um determinado conjunto de critérios de carácter abrangente, na prática do projecto enquanto processo de síntese da circunstância e transformação da mesma, essa normativa dificilmente é aplicável de forma genérica e inequívoca.

A primazia de valores simbólicos, invisíveis, desejados pelo regime, pautados por uma filosofia de reintegração e de integridade arquitectónica, sobrepunha-se ao valor documental e artístico dos monumentos restaurados, preferindo a nova crença histórica à historicidade, enquanto processo contínuo e irreversível.

Para os defensores da política conservacionista de Ruskin o tempo de vida era o carácter do monumento pelo qual o momento de intervenção deveria ser condicionado, implicando a consciência de que tal acto seria mais uma camada, contemporânea, sobre a pré-existência.

---

(leia-se: em Portugal) estava ciente das teorias internacionais, designadamente, as concernentes a Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito. Apesar deste reconhecimento, não existiu na prática um reflexo deste debate.

<sup>34</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim...*, p. 19-20.

<sup>35</sup> CUSTÓDIO, Jorge – *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1873-1964)*, p. 58.

<sup>36</sup> TOMÉ, Miguel – *Património...*, p. 128.

De forma oposta, no plano teórico, os restauros subordinavam-se a uma relação política entre um determinado passado que representaria a pureza da traça primitiva e o momento de intervenção, qual ponte ideológica entre dois pólos, descontínuos no tempo mas irreversivelmente continuados no espaço. Neste caso, mais do que condicionados seriam condicionantes de intervenções futuras.

Numa análise menos medida poderíamos cuidar que se trata de uma ambiguidade de estilo. No entanto, em nossa opinião as considerações de H.G. Silva revelam alguma consciência, ainda que não premeditada, mas com significado sustentado, sobre a obra então executada: «[...] esses monumentos, apesar de militares não deixam de ser nacionais. Como tais, quaisquer obras a executar neles devem tender à sua conservação ou restauro, isto é, a evitar a sua ruína ou reintegrá-los no seu estilo e arquitectura primitiva e nunca a satisfazer possíveis necessidades militares. Se algum deles se tornar preciso para este último fim, não deve ser classificado monumento nacional, mas apenas como edifício militar»<sup>37</sup>.

Se existiu de facto um ponto de partida universal de «restauração material, restauração moral, restauração nacional [...]»<sup>38</sup>, traduzida numa crença restauradora em torno de valores comprovativos de factos e figuras de épocas de glória, que ao mesmo tempo fossem símbolos de uma nova identidade nacional, a forma e limites como se conseguiu tal integridade arquitectónica revelou-se diversa.

Apesar de o discurso revelar uma intenção educativa e formativa da forma unívoca de intervir, pensamos, em todo o caso, que H.G. Silva reconhece tacitamente a diferença entre uma integração parcial próxima da conservação, ou mesmo reconstrução, admitindo a reposição do estado de eficiência estrutural e o restauro como intervenção de reintegração do monumento no seu estado primitivo, como no caso particular de uma acção de demolição e posterior reconstituição estilística.

No entanto, a atribuição da denominação «traça primitiva» pode justificar algo sobre esta válida questão: conservar (acção minimalista) monumentos que se apresentem dentro, ou próximo, do estilo pretendido, e restaurar (acção maximalista) outros que, à luz de pressupostos *a priori* definidos, se encontrem desfigurados, mormente por via de intervenções cometidas nos séculos XVII e XVIII (períodos menosprezados pelo Estado Novo).

Prosseguindo a análise do documento, comprova-se o reconhecimento de monumentos religiosos e militares sujeitos, ainda que imbuídos do mesmo princípio integrador, a processos de intervenção também eles formalmente opostos: conservação ou restauro.

Religiosos ou militares, em todos palpita a mesma fé e transuz o mesmo ideal. Sem embargo disso, conta-se por séculos o tempo em que jazeram arredados da veneração ou sequer da comisseração geral – esquecidos como verdadeiros mausoléus, do alto pensamento que os gerou. As raras vozes que se erguiam para reclamar a sua conservação não achavam eco nos lugares onde deviam ser escutadas; e, se excepcionalmente alguma hesitante obra de defesa se empreendia, quase sempre a desorientação comum, secundada pela ignorância dos interventores, a tornava inútil e até por vezes nociva. Assim, alguns edificios monumentais,

---

<sup>37</sup> Retirado de FERNANDES, Isabel – La Restauración de los Castillos de Portugal (Años 30-60 del Siglo XX). In *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos: Actas del Simposio Internacional*, p. 177.

<sup>38</sup> SALAZAR, António O. – *Era de Restauração. Era de Engrandecimento*, p. 147.

que o tempo havia de certo modo respeitado, muitas vezes foram vítimas daqueles que pretenderam defendê-los<sup>39</sup>.

Se por um lado na citação acima se dispõem os monumentos em duas categorias, também se constata, no espírito que enforma o documento, que a imagem da pré-existência se situa entre adulteração e abandono. Associam-se estas diferenças, de forma sucessiva, primeiro aos templos, sejam eles catedrais, meras igrejas ou singelas capelas, sujeitas a obras de adaptação, gostos modernos ou pretensos quesitos culturais – crimes de lesa-arte ferindo tradições históricas e pudor da inteligência –, e depois às fortificações militares, sejam elas fortalezas, castelos ou outras que, ido o espírito guerreiro de tempos passados, sofreram intervenções de modernização – de igual modo deformadoras, pressionadas pela satisfação de novos usos – sendo que o equívoco mais comum residiu em destruições de duvidoso carácter legal levadas a cabo por algumas autarquias, em nome do progresso, ou por meros particulares para satisfazer interesses mais ou menos ilegítimos, chegando muralhas notáveis e projectas cantarias de acreditado valor artístico ou documental a ser usadas no empedrado de ruas, na construção de tugúrios, de muros de vedação, entre outras utilizações banais.

Continuando, se em relação aos monumentos religiosos o documento classifica o vandalismo do homem como causa imediata da deturpação, em relação aos militares a tal vandalismo acresce o tempo como factor de desmoronamento, e daí que, restaurando aqueles depurando-os de superfluidades ulteriores, e conservando ou reparando estes de estropiações sofridas por acção do tempo ou por incúria humana, a todos se deve procurar devolver a integridade da traça original, de molde a que permaneçam símbolos do heroísmo pátrio, que na sua generalidade eles carregam como autênticas minas de excelência artística, para que sirvam de lição às gerações vindouras, seja na vertente do culto religioso e da pátria, seja no fruir da arte.

Em síntese, podemos conjecturar que se, de forma inata, para os monumentos religiosos se preconizava o restauro, numa linha da recomposição formal e estilística a fim de os fazer reverter ao seu estado inicial, sobrepondo a transformação produzida ao documento, já para os de índole militar se concediam medidas menos intervencionistas, mais próximas do equilíbrio proposto por Boito.

Neste sentido, se por um lado a matriz ideológica que orientou a política de significação e representação dos monumentos nacionais pode justificar a dinâmica do processo, a escala de intervenção e, de algum modo, a sua integridade, por outro lado a metodologia e soluções adoptadas encontrarão a sua especificidade na circunstância casuística, designadamente em características, programa, motivações e finalidades, entre outros factores.

Como síntese desta diferença de procedimentos, que advogamos, de que monumentos, em particular, castelos, foram objecto, podemos referir como exemplo o conteúdo do texto de Paulino Montez a propósito do «Tratamento dos edifícios classificados. Princípios Gerais» (AHME, Junta Nacional da Educação, 1ª Subsecção da 6ª Secção, processo n.º 75 do livro A-4). Assim:

---

<sup>39</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim...*, p. 5-6.

No tratamento judicioso dos diferentes edificios não se aplica sempre, como é sabido, o mesmo critério. Um bom critério estabelecido, por exemplo, para o tratamento das muralhas dum castelo desmantelado, pode ser um mau critério se aplicado a uma igreja aberta ao culto. Há monumentos que sufocam pelo que lhes acrescentaram em épocas sucessivas; outros tomam tal interesse com obra de sobreposição, que retirá-la equivaleria a subtrair-lhes a própria alma. Edificios existem que perderiam o seu valor se lhes tirassem o aspecto de ruína que apresentam. Neste caso, «defender» e «conservar» é manter esse aspecto de ruína. A contradição de critérios, que pode verificar-se em exemplos múltiplos de tratamento, resulta, claramente, do desconcerto das doutrinas. [...] Ao arquitecto interessa, naturalmente, a realização artística e a sua integridade. E assim, para ele, é de admitir que o monumento seja expurgado de tôdas as construções que maculem essa integridade; ou, quando inacabada, seja concluído em obediência ao sabor architectural de que se trate. [...] O tratamento dos imóveis classificados é sempre relativamente fácil de orientar, quando se trate apenas de fazer limpeza, arrancar ervas daninhas, substituir pequenos elementos de construção – mortos ou enfraquecidos. O tratamento é mais melindroso, quando haja que substituir elementos estruturais ou decorativos que se intégrem nas linhas de composição architectural. O tratamento complica-se, quando o edificio se apresenta em risco de segurança, ou modificado por obras de épocas diferentes, ou ferido por accidentes graves – tremores de terra, incêndios, bombardeamentos, etc. Ao problema dos tratamentos junta-se, quasi sempre, o problema dos emolduramentos. A obra de architectura, como a de pintura e a de escultura, vive no meio em que foi creada e em íntima relação com elle – ora avassalando-o, ora obedecendo-lhe. O problema do emolduramento transforma-se, assim, muitas vezes, num delicado problema de urbanismo em que se torna necessário pesar interesses de ordem oposta, inerentes ao culto do passado e às imposições do presente. Há monumentos que pedem, apenas, a conservação do quadro acanhado de que são motivo principal. Muitos exigem a demolição de construções que os envolvem, dentro de determinado raio. Mas outros – especialmente os que se encontram em núcleos urbanos onde a circulação se congestiona – manda o progresso que se condenem, no todo ou em parte, à demolição; e logo surge novo aspecto – o da conservação das massas apeadas. É difficil, pois, como atrás dissémos deduzir princípios de ordem diferente dos que ficaram formulados, e que possam aplicar-se a todos os casos, sempre especiais, que se nos deparem para tratamento. [...] Haverá, evidentemente, que analisar, sempre, caso por caso<sup>40</sup>.

Neste relato é manifesta não só a diferença que deve existir na abordagem e nos critérios de intervenção – conservação ou restauro –, consoante o tipo de objecto architectónico a ser intervencionado, como também a preocupação e a reflexão que deverá determinar o trabalho do arquitecto, nomeadamente na procura da integridade destas construções. A este último desígnio vão subjacentes duas perspectivas com dimensões diferentes: o próprio monumento e o seu contexto. A integridade, que igualmente poderemos designar por unidade, pôde obedecer a necessidade de restaurar um edificio na sua totalidade, quiçá envolvendo a demolição de construções ou cobertos arbóreos pré-existentes, ou simplesmente a conservação e consolidação parcial das estruturas presentes como forma

---

<sup>40</sup> Retirado de TOMÉ, Miguel – *Património...*, p. 286-291.

de manifestar, em ambas os casos, a presença destas edificações na definição da imagem do território.

Em nosso entendimento, se o quadro político e ideológico condicionou e determinou de forma indubitável a imagem simbólica que os monumentos deveriam manifestar, na prática o critério primeiro que orientou as intervenções foi, espontaneamente, a necessidade de atribuir às estruturas uma espacialidade e uma forma íntegras. Se a muitos casos, e perante circunstâncias várias, presidiu uma restauração monumental, como sucedeu por exemplo com o castelo de S. Jorge, em outros<sup>41</sup>, nos quais podemos incluir a maioria das intervenções realizadas em estruturas militares, vingou uma perspectiva de maior contenção e, em face da sua incapacidade funcional, também o valor de antiguidade dos castelos se manifestou dado o estado incompleto, dentro de certos parâmetros. De facto, e de forma ligeira, podemos afirmar que apenas bastava completar o quadro existente, de ruína, sobretudo dos seus elementos mais distintos, como muralhas, torres, ameias, etc., de molde a manifestar na paisagem e no contexto do lugar a sua presença. Contudo, na definição deste contorno era possível, e assim sucedeu, coexistirem na mesma estrutura obras de consolidação e de reconstrução (de cariz mais dedutivo) com o recurso ao processo de *anastilose* (mais indutivo), com base no princípio da unidade de estilo, em que a repetição de elementos comuns ou característicos de tais estruturas garantia rigorosos procedimentos reconstitutivos. Em relação a estes dois processos, a *Carta de Atenas* de 1931, defenderia os segundos em detrimento dos primeiros:

La conférence a entendu l'exposé des principes généraux et des doctrines concernant la protection des monuments. Quelle que soit la diversité des cas d'espèces dont chacun peut comporter une solution, elle a constaté que dans les divers états représentés prédomine une tendance générale à abandonner les restitutions intégrales et à en éviter les risques par l'institution d'un entretien régulier et permanent propre à assurer la conservation des édifices. Au cas où une restauration apparaît indispensable par suite de dégradation ou de destruction, elle recommande de respecter l'œuvre historique et artistique du passé, sans proscrire le style d'aucune époque. La conférence recommande de maintenir l'occupation des monuments qui assure la continuité de leur vie en les consacrant toutefois à des affectations qui respectent leur caractère historique ou artistique.

La conférence constate avec satisfaction que les principes et les techniques exposés dans les diverses communications de détail s'inspirent d'une commune tendance, à savoir: lorsqu'il s'agit de ruines, une conservation scrupuleuse s'impose, avec remise en place des éléments originaux retrouvés (anastylose) chaque fois que le cas le permet; les matériaux nouveaux nécessaires à cet effet devront être toujours reconnaissables. Quand la conservation des ruines mises au jour au cours d'une fouille sera reconnue impossible, il est conseillé de les ensevelir à nouveau, après bien entendu avoir pris des relevés précis. Il va sans dire que la technique et la conservation d'une fouille imposent la collaboration étroite de l'archéologue et de l'architecte. Quant aux autres monuments, les experts ont été unanimement d'accord pour conseiller, avant toute consolidation ou restauration partielle, l'analyse scrupuleuse

---

<sup>41</sup> Cf. CORREIA, Luís – *Castelos em Portugal...*



des maladies de ces monuments. Ils ont reconnu en fait que chaque cas constituait un cas d'espèce<sup>42</sup>.

Se podemos concluir que coexistiram comportamentos comuns a várias obras realizadas, seja no mesmo espectro tipológico, seja num panorama mais abrangente, conotadas por um determinado discurso político, e que encontram no documento que observámos uma das suas expressões mais significativas – *Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro* –, também é evidente que a doutrina enunciada por H.G. Silva<sup>43</sup>, cujo objectivo era remeter os monumentos nacionais a uma «[...] pureza da sua traça primitiva [...] restaurando uns, conservando outros [...]», revela, como vimos, contradições no seu conteúdo.

O próprio H.G. Silva, em 1941, numa altura em que o País se encontrava em estaleiro, em sede própria – os *Boletins*<sup>44</sup> – voltaria a mencionar o exposto em 1935. No entanto, ao contrário do primeiro, este documento revela uma consciência mais precisa sobre os critérios adoptados e a obra, entretanto realizada:

Ao ser iniciada a reintegração dos Monumentos recebeu-se que uma obra de demolição antecederse a do restauro e, em tão alto grau que não se pouparia qualquer construção nitidamente definida dentro de um estilo qualquer. [...] Há quem defenda a tese de que as construções posteriores, anexadas ao Monumento, mostram uma obra do seu tempo, e, por consequência, não devem ser demolidas. Analisando, porém, detalhadamente o que nela há de teórico, concluiremos que não é de aconselhar segui-la em todos os casos. Os nossos Monumentos sofreram a acção destruidora do tempo e dos homens. É certo que em diversas épocas lhes foram feitas várias modificações, donde resultaram os diferentes estilos que se encontram em muitas das nossas igrejas e castelos. [...] Um critério único não é possível impor-se na reintegração de todos os Monumentos. As construções anexas que foram adossadas não são todas da mesma natureza; se há, de facto, partes de Monumentos que foram substituídas por outras de estilo diverso, mas de real valor arquitectónico, que devem ser mantidas, há, contudo, aquelas que nenhum valor têm e, a manterem-se, só redundariam em prejuízo do Monumento. [...] Vários são já os exemplos em que se demonstra a seriedade que houve na obra de reintegração, mas àqueles que se propuserem defender o ponto de vista do ilustre académico, que entende que se está transformando os Monumentos em noviantigos, pergunta-se quais os processos que seguiriam para manter autenticidade, evocação, poesia, conveniência de ordem prática e pitoresco nos Monumentos que estão em ruínas. É, sem dúvida, muito interessante e de bom efeito a frase já corrente: deve-se «manter as ruínas». Mas o que será «manter as ruínas» no nosso País? É deixar cair, arruinar, perder-se para sempre todo o Património Artístico da Nação? Se uma ruína está a cair, só há uma forma de a manter: consolidá-la. Se se trata de uma muralha, tem de ser apeada e reconstruída; se se trata da cobertura de uma igreja tem também de ser apeada e reconstruída e a seriedade na obra de restauro está em fazer, escrupulosamente, as reintegrações, dispensando-lhe uma

<sup>42</sup> CHOAY, Françoise – *La Conférence d'Athènes: Sur la Conservation Artistique et Histoire des Monuments (1931)*, p. 103 e 106.

<sup>43</sup> SILVA, Henrique G. – *O Boletim...*, p. 9.

<sup>44</sup> MOP/DGEMN – *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*.

cuidadosa atenção para que os trabalhos sejam realizados em conformidade com os elementos existentes. Fora disto é tudo poesia com a qual só se conseguiu que, durante mais de um século, os Monumentos ficassem abandonados e no estado de ruína em que estavam os que têm sido restaurados e se encontram ainda aqueles que aguardam a obra de salvação para lhe dar autenticidade, evocação, utilidade prática e pitoresco<sup>45</sup>.

Por último, em 1949, num período em que a contestação à política empreendida no património era revelada nos periódicos pelo confronto directo entre os seus intervenientes, a obra realizada nos castelos é marginalizada em relação às restantes:

A longa transcrição que S. Ex.<sup>a</sup> (H. G. Silva) fez dos princípios recomendados pela Conferência de Atenas, que conheço da publicação do «Office International des Musées», não altera aquilo que é basilar e a Conferência acordou: os grandes riscos das reconstituições integrais. Bem entendido, há casos, sempre excepcionais, em que o restauro se impõe, mas estes reclamam muita seriedade de processos e muita prudência nos trabalhos – a Conferência soube chamar a atenção para o devido respeito da obra histórica e artística do passado. Lauterbach, antigo director de Coleções de Arte da Polónia, escreveu justamente que o restauro histórico moderno «será tanto mais racional quanto mais desprovido for de todo o romantismo». Não se poderá negar que no restauro dos nossos castelos medievais não se tenha empregado um critério bem romântico, como que preparando-os para resistir a novos e romanescos ataques da mourama ou dos castelhanos... Convida-me S. Ex.<sup>a</sup> a citar os castelos em que há excesso de obra nova. Não é preciso ir mais longe. Basta ver o de S. Jorge, em Lisboa, de que o respectivo Boletim é um documento elucidativo. [...] Todavia, o caso dos castelos não é ainda o mais grave da obra dos Monumentos Nacionais, pois os erros que aí se possam cometer, geralmente, não trazem consequências nefastas, sob o ponto de vista artístico, que já se verificam no capítulo das igrejas. Já vimos o que se passou em Rates [...]»<sup>46</sup>.

Mesmo perante estas considerações, Tomé<sup>47</sup> defende que nas estruturas religiosas, apesar de algumas semelhanças metodológicas, existiu na prática também uma diferença de procedimentos. Este autor, tomando como exemplo ilustrativo as igrejas «gémeas», de estilo românico, de Travanca e de Rates, revela que se na primeira se identificou a impossibilidade de restabelecer uma abside primitiva, aceitando-se a modificação moderna, pelo contrário, na segunda foi possível, face aos vestígios descobertos – resultando daí a segurança da veracidade da operação – reconstituir a capela-mor.

---

<sup>45</sup> SILVA, Henrique G. – *A Reintegração dos Monumentos*, p. I-XIV.

<sup>46</sup> GUSMÃO, Adriano – *Ainda o Restauro dos Monumentos Nacionais*, p. 3.

<sup>47</sup> TOMÉ, Miguel – *Património...*

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, José – *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. Porto: FAUP Publicações, 2002. ISBN: 972-9483-47-7.
- BOITO, Camillo – *Conserver ou Restaurer: Les Dilemmes du Patrimoine*. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur, 2000. ISBN: 2-910735-45-1.
- BUCHO, Domingos – *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo: Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre*. Évora: Universidade de Évora, 2000. Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico.
- CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000. ISBN: 972-44-1037-4.
- CHOAY, Françoise – Prélude. In BOITO, Camillo – *Conserver ou Restaurer: Les Dilemmes du Patrimoine*. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur, 2000, p.11-22. ISBN: 2-910735-45-1.
- CHOAY, Françoise – *La Conférence d'Athènes: Sur la Conservation Artistique et Histoire des Monuments (1931)*. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur, 2002. ISBN: 2-910735-67-2.
- CORREIA, Luís – *Castelos em Portugal – Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil.
- CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Braga: Universidade do Minho, 1994. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.
- CUSTÓDIO, Jorge – De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1873-1964). In *Dar Futuro ao Património*. Lisboa: IPPAR, 1993, p. 33-71.
- FERNANDES, Isabel – La Restauración de los Castillos de Portugal (Años 30-60 del Siglo XX). In *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos: Actas del Simposio Internacional*. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2005, p. 159-194. ISBN: 84-933024-4-9.
- GUSMÃO, Adriano – Ainda o Restauro dos Monumentos Nacionais. *República*. Lisboa. (13 Mar. 1949), p. 3, 7.
- MAIA, Maria – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Ed. Colibri, 2007. ISBN: 978-972-772-726-1.
- MEDINA, João – Deus, Pátria, Família: Ideologia e Mentalidade do Salazarismo. In *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa: Edicuble, 1993, p. 11-142.
- MOP/DGEMN – *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN, 1935-1990.
- NETO, Maria – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publicações, 2001. ISBN: 972-9483-45-0.
- Ó, Jorge – *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito»: Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas. 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. ISBN: 972-33-1492-4.
- RIEGL, Alois – *Le Culte Moderne des Monuments: son Essence et sa Genèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984. ISBN: 9782020068215.
- RODRIGUES, Paulo – *Património, Identidade e História: O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais do Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

- da Universidade Nova de Lisboa, 1998. Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea.
- ROSAS, Lúcia – *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro: 1835-1928*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de Doutoramento em História de Arte.
- RUSKIN, John – *The Seven Lamps of Architecture*. New York: Dover Publications, 1989. ISBN: 048626145X.
- SALAZAR, António O. – Era de Restauração. Era de Engrandecimento. In *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935-1937, 2, p. 145-149.
- SILVA, Henrique G. – Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro. In *I Congresso da União Nacional*. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935, IV, p. 53-64.
- SILVA, Henrique G. – O Boletim dos Monumentos Nacionais. Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja de Leça do Bailio*. Lisboa: DGEMN, N.º 1, 1935, p. 5-20.
- SILVA, Henrique G. – A Reintegração dos Monumentos. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja Matriz da Atalaia*. Lisboa: DGEMN, N.º 24, 1941, p. I-XIV.
- SNI – O que Eles Fizeram... O que Nós Fizemos. In *Cadernos da Revolução Nacional*. Lisboa: SNI, 1945.
- TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações, 2002. ISBN: 972-9483-54-X.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> Siècle*. Paris: F. Nobelet, 1967, 8.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Restauro*. Brasil: Ateliê Editorial, 2000. ISBN: 85-7480-027-9.